

PATRIMÓNIOS SENSÍVEIS na UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Fevereiro de 2025

Resumo

Este documento encontra-se dividido em duas partes. A primeira tem como objetivo propor um conjunto de princípios e diretrizes para um plano de ação relativo aos *patrimónios sensíveis* na Universidade de Coimbra. A segunda parte apresenta o enquadramento local, nacional e internacional para aquele conjunto de princípios e diretrizes, procurando situá-los, ainda que de forma abreviada, em diálogo com discursos científicos e práticas institucionais nesta matéria.

Embora ligadas entre si, as duas partes foram concebidas como documentos autónomos: a primeira pretende ser uma proposta de documento orientador para um futuro plano de ação institucional; a segunda constitui uma amostragem da teorização e das práticas e políticas institucionais sobre a temática.

Este documento resulta da recolha de dados e da reflexão de um grupo de trabalho constituído por iniciativa dos coordenadores da Cátedra UNESCO em Diálogo Intercultural em Patrimónios de Influência Portuguesa, do Programa de Doutoramento homónimo e do Gabinete de Apoio à Gestão do Património da Universidade de Coimbra.

Membros do Grupo de Trabalho *ad hoc*

António Gouveia, Cláudia Umbelino, Cristina Valentim, Helena Freitas, Hugo Dores, Joana Brites, Luísa Trindade, Manuel Portela, Marcela Santana, Miguel Bandeira Jerónimo, Pedro Casaleiro e Walter Rossa (coordenador).

Índice

Preâmbulo	3
I. Diretrizes para um Plano de Ação	4
Princípios	6
15 Ações	7
II. Abordagens e práticas institucionais	8
1. Legislação	8
1.1. Restituição de Bens Culturais	8
2. Diretrizes e declarações	9
2.1. UMAC (2021)	9
2.2. Declarações de Heidelberg (2019) e de Zurique (2024)	11
3. Iniciativas sobre descolonização em Museus	12
3.1. Rautenstrauch-Joest Museum-RJM, Colónia, Alemanha	12
3.2. Musée d’Ethnographie, Genève [MEG]	12
3.3. Canadian Museum of History-CMH, Ottawa	13
4. Iniciativas sobre descolonização nas universidades	14
4.1 Alguns exemplos	14
4.2 No Coimbra Group	16
5. Iniciativas sobre descolonização em Portugal fora da UC	21
5.1 Projetos de maior envergadura	21
5.2 Reuniões científicas	22
5.3 Exposições	22
5.4 Grupo de Trabalho do Ministério da Cultura	23
6. Na UC	23
6.1. Coleção de Crânios de Timor	23
6.2. Gabinete de Curiosidades	25
6.3. Toponímia	25
7. Conselho Consultivo	26
8. Glossário de termos-conceitos utilizados no texto	26

PREÂMBULO

Com origens, expressões e propósitos diversos, nas últimas décadas a Europa e a América do Norte — em especial os países com passados e legados coloniais — têm vindo a questionar-se, de um modo mais organizado, sobre a legitimidade dos processos de detenção de bens materiais dessas heranças. Como resultado deste processo, têm sido desenvolvidos inventários e processos de (re)avaliação da proveniência desses bens, proferidas declarações de intenção e, ainda, propostas formas de atuação. Com uma expressão ainda muito pontual, e pouco sistemática, têm também sido tomadas algumas decisões relevantes. É algo em que o palco cívico e político tem estado mais ativo que o da produção de conhecimento, no que as universidades têm inquestionáveis obrigações e competências.

Em vários contextos, as universidades têm conduzido ações e projetos de investigação sobre as múltiplas vertentes do tema. Se já é possível conhecer algumas formas de questionamento e abordagem, e identificar métodos e processos que as guiam, compreendendo as suas razões com os contextos em que se geraram, é ainda cedo para se conhecerem resultados consistentes, de intervenções sistemáticas e duradouras no tempo. Não contamos, sequer, com uma terminologia estabilizada na qual os agentes se revejam. O rótulo que aqui provisoriamente adotamos — *patrimónios sensíveis* — é apenas isso mesmo, a resposta ainda por validar à necessidade de uma designação.

A Universidade de Coimbra foi, até à Implantação da República em 1910, a única universidade portuguesa, sendo, por conseguinte, a única de um vasto império colonial. Mesmo após a criação de novas universidades em Portugal, esse papel central não se diluiu, mantendo-se relevante ao longo de todo o período do chamado *colonialismo moderno*. Meio século depois do fim desse período de interação com as antigas colónias — por processos tão diversos quanto a formação de quadros, a investigação e o pensamento, em contextos de poder e autoridade, e assim de benefício, sempre desiguais — um balanço dessa relação com a construção de conhecimento continua por fazer. E não se fará de um momento para o outro, com receitas simples e superficiais. Mas é necessário espoletar o processo, dinamizando-o nas suas múltiplas vertentes, até para que as diversas e crescentes expressões e ações de cooperação nesse quadro decorram de forma estruturada, sustentada e segundo estratégias eticamente sólidas e rigorosas de um ponto de vista científico.

A Universidade de Coimbra configura-se como um dos mais interessantes casos de estudo entre as instituições universitárias europeias. Como tal, tem o dever ético e científico de estar na vanguarda desse debate, promovendo conhecimento rigoroso e desenvolvendo práticas sustentáveis e eficazes, que possam servir de referência para boas práticas.

Em junho de 2023, nas *Comemorações dos 10 anos da inscrição da UC na Lista do Património Mundial da UNESCO*, foram dados os primeiros passos institucionais com vista à promoção de uma profunda reflexão interna sobre os modos de interrogar as dimensões coloniais do seu património e sobre os melhores processos para lidar com elas. Se alguns docentes e investigadores da UC já se debatiam com a questão em fóruns e sobre contextos diversos, da sala de aula ao espaço público, perante esse impulso institucional, um pequeno grupo decidiu organizar-se com vista a discutir a forma de atuar, para depois propor, sob a fórmula de um *plano de ação*, à instituição, na pessoa de quem detém competências para decidir sobre o seu destino, o Reitor.

O grupo foi constituído com base nas competências sobre a temática e nas relações de trabalho existentes nos âmbitos da Cátedra UNESCO em Diálogo Intercultural em Patrimónios de Influência Portuguesa, no Doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa e no Gabinete de Apoio à Gestão do Património da UC. Cientes da necessidade operativa de trabalhar num pequeno grupo, os seus três coordenadores assumiram o ónus da exclusão de outros cujo contributo seria, sem dúvida, pertinente e, decerto, sê-lo-á em fases posteriores. Não estando, pois, integrados todos os especialistas em todas as vertentes da questão, procurou-se apenas garantir que as abordagens centrais fossem devidamente representadas.

I. DIRETRIZES PARA UM PLANO DE AÇÃO

Adotamos a expressão *patrimónios sensíveis* por nos parecer adequada, e, sobretudo, por estar consolidada nos diálogos institucionais da UC sobre o tema. Compreendemos que a ação de “descolonizar” o património (não exclusivamente cultural) das instituições é um processo complexo e demorado. Mais do que um ajuste simbólico, trata-se de abrir espaço para um debate informado sobre passados múltiplos, frequentemente marcados por violência, e propor estratégias inclusivas e justas para a sua abordagem, uso e memorialização. À medida que o tema ganha centralidade no debate público, essa ação revela-se cada vez mais urgente, pois passado, presente e futuro apresentam conexões inegáveis, que importa conhecer e tornar visíveis. Tanto no Norte como no Sul Globais, os passados e os legados dos colonialismos europeus estão cada vez mais visíveis nos discursos políticos e nas práticas institucionais e comportamentais, reforçando e legitimando hierarquias sociais e raciais vivenciadas no quotidiano e, com efeito, preservando a reprodução de desigualdades e a continuidade de exclusões de vária natureza.

Considerando que estes patrimónios específicos representam e narram histórias sobre um passado comum a vários países, marcado por contextos de violência material e simbólica e por relações de poder muito desiguais, “descolonizar” implica analisar estes bens, quer ao nível dos contextos da sua produção, aquisição e coleção, quer ao nível das formas como são hoje preservados, inventariados, expostos e comunicados. O que pressupõe, igualmente, colaborações internacionais e transnacionais capazes de envolver as várias partes interessadas (ex-colónias e ex-metrópoles) para a discussão de aspetos pertinentes como, por exemplo, questões de contextualização rigorosa, de preservação, de propriedade, de acesso, de reparação, de restituição, de repatriação, de devolução, etc. As políticas de gestão, de estudo, de preservação e de exibição ou uso de artefactos e de coleções históricas também visam criar espaços de diálogo entre as instituições e os cidadãos, nomeadamente com as comunidades onde tiveram a sua origem. A questão central não se resume à legalidade da apropriação dessas coleções, mas sim à natureza estruturalmente hierárquica, discriminatória, violenta e extrativista do contexto colonial em que foram constituídas e transacionadas.

Refletir criticamente sobre esses patrimónios implica reconhecer as relações desiguais de poder que determinaram a sua aquisição e circulação, bem como as formas como são atualmente interpretados nos museus, muitas vezes sem a devida contextualização histórica. É fundamental questionar quem participa — ou é excluído — dos processos de decisão relativos ao estudo, curadoria e comunicação desses bens. Além disso, é necessário explorar formas alternativas de interpretação e exibição que desafiem, de modo informado, as perspetivas etnocêntricas ainda predominantes nas narrativas institucionais e oficiais da História.

Conscientes da existência de diversas escolas de pensamento, e das motivações políticas e cívicas que atravessam este debate, entendemos que a “descolonização” das instituições que guardam artefactos ou coleções coloniais, designadamente museus e universidades, implica, assim, reconhecer que estes são espaços eminentemente educativos, com enormes, e insubstituíveis, responsabilidades enquanto produtores e transmissores de conhecimento às gerações vindouras. Constata-se que grande parte dessas instituições continuam a reproduzir, por várias razões e em diferentes graus, formas de organização e interpretação culturais devedoras, ainda, e nem sempre de modo explícito, de passados coloniais, e das suas hierarquias étnicas e raciais, ou “civilizacionais”. Pelo contrário, devem assumir-se como espaços de escrutínio e transformação, promovendo uma cidadania participativa, inclusiva e socialmente justa.

Assim, uma atuação crítica implica observar essas práticas e transformar estes espaços em lugares de maior rigor de estudo e expositivo, como também de transparência ao nível dos acervos que detêm, conhecendo e tornando pública a história da sua aquisição e modos de classificação, preservação e gestão, e facilitar os acessos aos bens a investigadores e a quem, numa comunidade mais ampla, os deseje consultar. No caso das universidades, e em particular da UC, entendemos a “descolonização” dos *patrimónios sensíveis* de forma alargada, do conhecimento ao seu edificado e ao seu mundo social. A prática de inclusão nos currículos de perspectivas que questionam as narrativas etnocêntricas que representam os passados marcados por uma história de extrema violência, deve ser reforçada e ampliada também ao espaço físico e às redes sociais da instituição.

Em contexto universitário, a *reparação histórica* começa por ser um processo resultante de produção metódica de conhecimento. Segue-se-lhe um conjunto de ações informadas de caráter e âmbito abrangente, do trabalho colaborativo à restituição. Este processo consiste na reflexão crítica sobre o passado de modo a reconhecer as injustiças históricas, muitas delas há muito sinalizadas, e os seus legados nos dias de hoje. Potencia, simultaneamente, a criação de possibilidades de diálogo em plano de maior igualdade e de inclusão e de visibilidade de grupos historicamente marginalizados. Não se trata de “corrigir” o passado — o que seria impossível — mas sim de questionar e desestabilizar sistemas de pensamento e representação que, enraizados em preconceitos e desconhecimento, continuam a legitimar desigualdades.

Conscientes da dimensão colonial do património da UC, propomos a assunção de um conjunto de princípios básicos e de ações iniciais, detalhados na Parte II deste documento.

Princípios

- a) Criar uma instância de coordenação com uma equipa de implementação das ações neste âmbito. P.e. uma iniciativa reitoral, um projeto especial, um grupo de trabalho com uma orgânica e tutela a definir pela Reitoria.
- b) Criar um mecanismo de avaliação do impacto e eficácia das ações implementadas, com o objetivo a promover os ajustes necessários.
- c) Promover estratégias que garantam o financiamento contínuo das iniciativas, seja por meio de fundos internos, projetos competitivos ou parcerias com instituições nacionais e internacionais.
- d) As ações devem ser desenvolvidas tendo como pano de fundo a produção de conhecimento, ou seja, corresponderem a projetos de investigação concretos.
- e) Os projetos de investigação deverão ter origem em encomendas feitas pela instância referida em a) e, também, de propostas apresentadas por grupos de docentes e/ou investigadores da UC submetidas à sua aprovação.
- f) Estes projetos deverão implicar formas de cooperação e parceria com os países, as sociedades e as culturas de origem das coleções, em consórcios e na coorganização de iniciativas sobre os *patrimónios sensíveis*.
- g) Promover metodologias colaborativas com as comunidades de origem e na diáspora, incluindo coautoria de estudos e publicações, cocuradoria de exposições e coorganização de eventos (workshops/seminários/palestras).
- h) Integrar em todos os projetos estudantes dos 2º e 3º ciclos, procurando equilibrar a diversidade de origens, étnica e de género.
- i) Promover a formação de investigadores, técnicos e estudantes, abordando boas práticas na gestão de patrimónios sensíveis, ética da restituição e cooperação internacional.
- j) Promover o inventário e a catalogação de todos os elementos deste património com a sua integração no Inventário do Património Móvel da UC, e Bases de Dados de Coleções Científicas, disponíveis em linha.
- k) Promover de forma sistemática o estudo rigoroso da proveniência das coleções, com vista à reconstituição da sua história de origem e dos processos de aquisição, classificação e musealização ou uso corrente, científico e cívico, de que foram e são alvos.
- l) Divulgação ampla e sistemática do conhecimento produzido e das correspondentes ações além do estabelecido na alínea anterior, designadamente através de publicações, reuniões científicas, exposições e redes sociais.
- m) Desenvolver iniciativas públicas de discussão sobre os casos que envolvam questões de restituição, devolução ou repatriamento, nas suas mais diversas expressões (do físico ao digital) de bens e coleções que estão sob a tutela da UC, trabalhando em diálogo com as partes interessadas e adotando procedimentos adequados a cada caso.
- n) Articular estes princípios com outras políticas institucionais da UC (internacionalização, ciência aberta, inclusão e diversidade).

15 Ações

1. Formular e assumir institucionalmente uma declaração de princípios da política da UC nesta matéria.
2. Incluir a descolonização da UC nos objetivos do seu Plano Estratégico.
3. Criar a instância de coordenação caracterizada em a) com a respetiva equipa, bem como do mecanismo de avaliação do impacto e eficácia das ações.
4. Constituir um Conselho Consultivo composto por especialistas reconhecidos internacionalmente. (Ver II.7.)
5. Promover junto de instâncias como o CRUP, a FCT, o ERC e o Ministério da Cultura, ações que conduzam à abertura de linhas de financiamento da investigação e formação em *patrimónios sensíveis* das e nas instituições públicas e privadas que os detenham.
6. Mapear a investigação já produzida na UC sobre a temática.
7. Levantar e sistematizar todo o *património sensível* da UC.
8. Criar cursos não conferentes de grau, eventualmente com creditação de ECTS, sobre *patrimónios sensíveis* em geral e da UC em particular.
9. Encetar um processo que venha a promover junto de cada unidade orgânica uma revisão crítica dos *curriculæ* de unidades curriculares com temáticas afins.
10. Desencadear o processo de resolução da questão da Coleção de Crânios de Timor. (Ver II.6.1.)
11. Avaliar e debater os resultados da criação do *Gabinete de Curiosidades - uma interpretação*, inaugurado em 18 de Maio de 2022. (Ver II.6.2.)
12. Definir o tema *patrimónios sensíveis da UC* como foco das candidaturas aos Projetos Semente de Investigação Interdisciplinar 2026.
13. Instituir *patrimónios sensíveis* como tema de uma futura Semana Cultural.
14. Estabelecer o debate sobre o tema com responsáveis de universidades e museus das antigas colónias portuguesas, bem como com as suas comunidades da diáspora, com vista a aferir a correção ética das políticas adotadas pela UC.
15. Produzir uma exposição virtual, atualizável, e um catálogo nas línguas portuguesa e inglesa, bem como nas línguas que representam as culturas dos acervos em causa, com vista a reunir e disseminar os principais resultados dos esforços de descolonização da UC.

II. ABORDAGENS E PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

A segunda parte do documento faz um breve estado da arte acerca da concetualização científica e das práticas institucionais relativas a *patrimónios sensíveis*. Tendo em conta os objetivos do Grupo de Trabalho, este levantamento é meramente exemplificativo, destacando abordagens e práticas que nos parecem relevantes e modelares para enquadrar aspetos específicos relativos às coleções e políticas patrimoniais da UC no âmbito do debate e da legislação nacional e internacional. Trata-se de proporcionar uma contextualização alargada que permita ancorar os argumentos subjacentes aos princípios e diretrizes propostos na primeira parte, contribuindo para uma maior consciência institucional do que está em causa. Procura-se também contribuir para a tradução dos quadros concetuais e jurídicos existentes em políticas institucionais para os *patrimónios sensíveis*. Visa-se ainda identificar patrimónios e práticas da UC que devem ser objeto de um plano de ação institucional.

1. Legislação

A legislação internacional e europeia para a proteção do património cultural, quer a mais geral, quer a concernente a períodos de conflito armado em particular, não oferece um quadro jurídico para a restituição de bens patrimoniais obtidos, no passado, em contextos coloniais, dado que não se aplica retroativamente.

Atualmente, em Portugal, não existe nenhum impedimento legal à restituição de bens móveis que integrem o património cultural. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 64.º da Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, “a exportação e a expedição temporárias ou definitivas de bens que integrem o património cultural, ainda que não inscritos no registo patrimonial de classificação ou inventariação, devem ser precedidas de comunicação à administração do património cultural competente com a antecedência de 30 dias”. No caso de bens classificados como de interesse nacional ou em vias de classificação como tal, pertencentes ao Estado, o mesmo diploma estabelece que “apenas podem ser autorizadas, a título excecional, pelo Conselho de Ministros, para efeito de permuta definitiva por outros bens existentes no estrangeiro que se revistam de excecional interesse para o património cultural português” (n.º 3, artigo 65.º). Por seu turno, a exportação e a expedição definitivas ou temporárias de bens classificados como de interesse público, ou em vias de classificação como tal, pertencentes a entidades públicas, “depende de autorização da administração do património cultural”, sujeita “a condições especiais a definir por lei” (pontos 5 e 6 do artigo 66.º).

Recomenda-se que, à semelhança do ocorrido em outros países, seja criado um quadro legislativo próprio que permita agilizar as restituições de património de origem colonial, estipulando-se os procedimentos e critérios de autorização das mesmas.

1.1. Restituição de Bens Culturais

O documento *Restituição de Bens Culturais – Enquadramento Internacional* contém um levantamento realizado por iniciativa da Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar da Assembleia da República Portuguesa (2020) com o objetivo de dar a conhecer a questão da restituição de bens culturais, que em Portugal se encontra enquadrada na Lei n.º 30/2016, de 23 de agosto (*Diário da República* n.º 161, 1.ª série), *Regime da restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado membro da União Europeia* (transpõe a Diretiva 2014/60/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014). Além de

um enquadramento inicial no âmbito do direito internacional e do direito europeu, este documento analisa comparativamente a legislação relativa à restituição de bens culturais em sete países europeus (Alemanha, Áustria, Espanha, França, Grécia, Países Baixos e Reino Unido) e no Canadá, Estados Unidos da América e Brasil.¹

2. Diretrizes e declarações

2.1. UMAC (2021)

O UMAC, Comité Internacional para os Museus e Coleções Universitárias do ICOM, publicou em dezembro de 2021 o documento orientador *Guidance for Restitution and Return of items from university museums and collections* [GRR]. Baseia-se no *Código Deontológico do ICOM para Museus*, na sua última revisão (2004). Este está em revisão na sequência da nova definição de museu de 2022. É assim provável que depois também o GRR venha a sofrer uma atualização.

Este documento usa o termo “item” que se traduz por artefactos, espécimes, amostras, remanescentes humanos ancestrais e objetos sagrados, de coleções de museus. Baseia-se na premissa de que “muitas comunidades, povos e países nos locais de origem, desejam que lhes sejam restituídos direitos e recursos, históricos e atuais.” Parte do princípio IV do código deontológico, que refere que os Museus devem trabalhar em colaboração próxima com as comunidades de onde as coleções são originárias, assim como com as comunidades que servem. Reitera que as políticas dos museus devem responder à questão de as coleções refletirem o património cultural e natural das comunidades de onde derivam, devendo o seu carácter para além da propriedade comum, incluir fortes afinidades com a identidade nacional, local, étnica, religiosa ou política desses locais.

Dá relevo ao seguinte:

- Cooperação: Os museus devem promover a partilha do conhecimento, da documentação e das coleções com museus e outras instituições culturais das comunidades de origem, através de parcerias, em especial as que tenham perdido uma parte significativa do seu património.
- Retorno da Propriedade Cultural: Os museus devem estar preparados para iniciar o diálogo sobre o retorno de património cultural, de modo imparcial, sob princípios científicos, profissionais e humanitários, preferíveis a ações ao nível político e governamental.
- Restituição de propriedade cultural: quando um país ou um povo procura a restituição de um objeto ou espécime, demonstrada a sua exportação ou transferência em violação dos princípios das convenções nacionais e internacionais, [...], o museu deve, se legalmente livre para o fazer, tomar medidas rápidas e responsáveis para o retorno do bem.

Baseia-se em três artigos da *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*² aprovada em 2007:

¹ <https://ficheiros.parlamento.pt/DILP/Publicacoes/Temas/75.RestituicaoBensCulturais/75.pdf>

² https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf

Artigos 11.1 e 11.2, manter, proteger e desenvolver as suas manifestações culturais, passadas, presentes e futuras, e os Estados providenciarem mecanismos efetivos ou a restituição, destes ativos.

Artigos 12.1 e 12.2 sobre as tradições, costumes e cerimónias espirituais e religiosas, no direito do uso e controlo dos objetos cerimoniais e repatriação de remanescentes humanos dos povos indígenas, os estados devem providenciar o acesso e/ou repatriação destes objetos na sua posse de forma justa e transparente, através de mecanismos efetivos desenvolvidos em conjunto.

Artigos 31.1 e 31.2, relativos à propriedade cultural, conhecimento tradicional e expressão cultural tradicional, no direito de manter, controlar, proteger e desenvolver a propriedade intelectual, os estados em conjunto com os povos indígenas, devem tomar medidas efetivas para reconhecer e proteger o exercício destes direitos.

O documento chama a atenção para o momento de intenso debate e rápida mudança de posições sociais e profissionais em relação ao retorno de itens patrimoniais, predominantemente ocidentais, das instituições para os povos de origem. Salienta a existência de muitas partes interessadas que devem ser envolvidas neste processo.

Estabelece a origem das coleções universitárias no papel da universidade enquanto centro de poder político, no contexto da expansão europeia e consequente ocupação colonial de territórios que resultou ao longo dos séculos na movimentação massiva de objetos culturais, espécimes científicos, e remanescentes ancestrais que impactaram profundamente sociedades e lugares em todo o mundo. Realça o dilema ético subjacente à natureza do museu na sua obrigação de guardião das coleções e promotor do acesso e compreensão, para um público universal.

Os museus universitários têm longas e complexas, e por vezes ainda desconhecidas histórias de aquisição. Apenas agora se vem tornando mais reconhecido que parte dos itens das coleções foram adquiridos pelos diferentes colecionadores e doadores de modo pouco ético ou ilegal, o que deve ser considerado inaceitável. Em particular, a posse de certos itens deve ser reconsiderada: remanescentes humanos ancestrais; itens culturalmente significativos (reconhecidos pelas comunidades de origem); itens com valor ancestral ou contemporâneo validado pelas comunidades como sendo seculares, cerimoniais, culturais ou sagrados.

Em termos gerais, considera-se inaceitável a aquisição de propriedade cultural, intelectual, religiosa e espiritual, sem o consentimento prévio e livre, das pessoas ou comunidades das quais os itens são originários, ou em violação das suas leis, tradições ou costumes. Itens adquiridos como: despojos de guerra, dessacralização de sepulturas ou sítios sagrados sem a autorização necessária em vigor no momento da recolha, espoliação na Europa entre 1933 e 1945, dados injustificadamente extraídos para investigação.

Os povos e comunidades originárias estão em melhor posição para compreender que material é significativo e importante para eles e o que desejam que lhes seja devolvido. Os museus devem estabelecer procedimentos que regulem o processo e criar pontos de contacto claros com as partes envolvidas em pedidos de informação e/ou de restituição.

As boas práticas de gestão de coleções devem comprometer-se com a realização de estudos de proveniência, isto é, na investigação contínua e colaborativa sobre a história das coleções para estabelecer a proveniência dos itens e partilhar os resultados e as abordagens, em diálogo aberto com as comunidades de origem. O diálogo com as comunidades e com colegas de museus de todo o mundo constitui uma oportunidade para construir redes e relações que aumentem a

compreensão e o conhecimento. O processo de devolução e restituição pode contribuir para "reparar" algumas das feridas profundas causadas por ações violentas do passado e reconhecer o poder das coleções para criar e refazer relações. O documento termina com uma adenda com elementos para a escrita de um procedimento de restituição e repatriação.

2.2. Declarações de Heidelberg (2019) e de Zurique (2024)

Em Maio de 2019, por ocasião da Conferência anual dos Diretores dos Museus Etnográficos em países de língua alemã, foi assinada uma declaração final que ficou conhecida como a *Declaração de Heidelberg*. O seu título foi *Decolonisation requires dialogue, expertise and support*.

Os signatários comprometiam-se a “zelar para que todos aqueles que estão relacionados com as coleções devido à sua história e práticas culturais sejam, se possível, informados sobre os locais onde se encontram as coleções que lhes dizem respeito”. Comprometiam-se também a “partilhar, sempre que possível, o conhecimento conservado com os autores e seus descendentes”, sublinhando que é deste modo “que se reforçam as condições de confiança mútua” entre todos os envolvidos. Assumiam ainda o compromisso de “tornar pública a investigação em curso” sobre as suas coleções e objetos. Visando a consecução destes objetivos, os signatários valorizavam “pontos de vista divergentes e antagonismos culturais, bem como conflitos em torno de objetos e da sua preservação” e, em conjunto com “as sociedades de origem”, procurariam “soluções” e “formas de combater esses conflitos de forma ética, equitativa e humana”.

Numa nota de muito relevo para esta intenção de intervir sobre os *patrimónios sensíveis* da UC, como em todos os outros similares, a *Declaração* apontava para a centralidade do papel das universidades. Estas devem desenvolver “formatos de formação inovadores” e práticos, tendo “em conta a complexidade das coleções”. Um aspeto decisivo remete para a necessidade de garantir que estes projetos estejam “financeiramente equipados de forma adequada”, respondendo às necessidades de investigação, nem sempre de fácil resolução. A provisão de “instrumentos de financiamento e meios financeiros para a documentação, a digitalização e a cooperação com as sociedades de origem”, bem como para “a investigação colaborativa da proveniência e a clarificação do historial das coleções”, “para parcerias com instituições das sociedades de origem”; “para o repatriamento, a restituição e outras formas de acordos consensuais e respeitosos” foi tornada uma peça fundamental no processo, visando passar das palavras aos atos³.

Em 2024, desta vez na Suíça, foi o mesmo evento que aprovou a *Declaração de Zurique*, prolongando os princípios de Heidelberg e insistindo no esforço de promoção de “iniciativas de apoio à polifonia, ao intercâmbio internacional e à transparência” nos múltiplos processos de reavaliação crítica das coleções existentes: “a descolonização deve ser um projeto comum no nosso interesse mútuo”. O financiamento de projetos cooperativos, em “condições dignificadas” e de restituição, voltou a ser uma pedra central no discurso, reforçando a necessidade de passar das palavras aos atos, de modo fundamentado e eficaz, participativo e com condições adequadas⁴.

³ <https://www.smb.museum/en/whats-new/detail/ethnographic-museums-in-german-speaking-countries-heidelberg-statement-approved/>

⁴ <https://www.smb.museum/en/whats-new/detail/ethnographic-and-world-cultures-museums-and-collections-in-german-speaking-countries-zurich-declaration-2024-approved/>

3. Iniciativas sobre descolonização em Museus

Apresentam-se, nesta secção, três estudos de caso — dois de museus europeus e um norte-americano — com políticas similares às que pretendemos desenvolver (sem que isso signifique que serão trilhados os mesmos caminhos) e experiências de devolução e restituição de objetos de coleções museológicas. A escolha dos casos de estudo procurou instituições avançadas no desenvolvimento de políticas de gestão de coleções de *patrimónios sensíveis*, ou mesmo já contestados. Em conjunto, demonstram a necessidade de investir na investigação da proveniência e o nível de rigor e precisão exigidos nesta tarefa, entre outros aspetos para não comprometer o fundamento e o sucesso da restituição. O cruzamento dos dados das bases digitais das coleções, muitas por constituir ou desenvolver com informação factual e rica, constitui uma ferramenta muito poderosa para este objetivo, mas que implica um investimento institucional no desenvolvimento dos inventários e da catalogação, onde se deve verter todo o conhecimento acumulado sobre os objetos e as coleções.

3.1. Rautenstrauch-Joest Museum-RJM, Colónia, Alemanha

Na missão do Museu Rautenstrauch-Joest [RJM] inscreve-se o objetivo de não esconder o seu passado colonial, trabalhando de modo interdisciplinar e construindo pontes para o presente nas suas exposições. A primeira exposição que tratou o tema da Alemanha colonial e do genocídio, foi *Namibia Deutschland* em 2004. A exposição permanente salienta a história colonial e o património das coleções do Museu. Os processos de restituição foram iniciados em 2018, através da devolução de uma cabeça mumificada à Nova Zelândia. Nos últimos dois anos investiu na audição das muitas vozes de entidades que representam os locais de origem das coleções (Senegal, África do Sul, Nova Zelândia, Camarões, Namíbia), tornando o museu mais inclusivo e colaborativo. No futuro, o RJM pretende construir pontes que questionem como o conhecimento foi criado, adaptado, aceite, rejeitado, integrado ou ignorado nos séculos passados. Quer ser um local que narra as muitas histórias da globalização, encontros, confrontações e envolvimento, sem fugir dos tópicos desconfortáveis do colonialismo e do racismo, e os seus efeitos. Em última instância, deseja questionar os estereótipos existentes, estabelecendo-se como um veículo para experiências estéticas, promotoras de emoções e, aspeto central, de empoderamento individual e coletivo, que promovam uma mudança social positiva.

As coleções do Museu incluem 60.000 objetos etnográficos e mais de 100.000 fotografias de África, Ásia, Américas e Oceânia, a maioria adquiridas antes da segunda guerra mundial. A coleção de 96 objetos do Benim, originários do saque violento da guerra de subjugação aos britânicos em 1897, foi exposta de modo a salientar a individualidade de cada objeto, sendo lembrados não só pela estética, mas pela dor, pela perda e o luto que inegavelmente estão associadas à sua história e transação. A história desta coleção, em volta da qual se articulam os debates atuais sobre a restituição, é apresentada analógica e digitalmente.

3.2. Musée d’Ethnographie, Genève [MEG]

O Museu de Etnografia de Genebra [MEG] possui um acervo de mais de 70.000 objetos etnográficos, inúmeros dos quais com origem em África, Ásia, Américas e Oceânia. Para além de uma coleção de 2.400 instrumentos musicais, possui ainda um importante espólio de arquivos sonoros (mais de 100.000) e iconográficos.

O plano estratégico 2020-2024 destaca como primeiro dos cinco eixos de atuação a descolonização do Museu. Um dos objetivos principais é estabelecer um diálogo frutífero com os

povos que foram colonizados, através de uma série de iniciativas fundamentais: abordar, de modo transparente e rigoroso, questões de desapropriação, exclusão, obliteração e violência, históricas e correntes, através do exame da proveniência das coleções e do estudo da história das coleções consideradas sensíveis; respeitar e fomentar a participação dos povos e culturas representados, através do reforço das ligações do museu entre as coleções e as comunidades de origem; adotar uma posição proativa nas questões do retorno ou restituição da propriedade cultural, assim como em relação à questão do acesso às coleções em todas as suas formas.

Esta política promove uma rede de ligações com os seus parceiros académicos, com vista a desenvolver o conhecimento. A partir daqui estabelece os procedimentos para o retorno e restituição de propriedade cultural, de remanescentes humanos, bens de sepultura e objetos sagrados, entre outros.

Desde 2020, o MEG, seguindo o artigo 12 da *Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas pela ONU* em 2007, removeu vários objetos sensíveis das vitrinas da exposição permanente, sendo as suas imagens removidas da base de dados de consulta aberta. Foram ainda desencadeados vários contactos com as comunidades envolvidas, no sentido de obter o seu consentimento para continuar a exibir estes artefactos sensíveis, permitir-lhes o acesso às coleções e iniciar o diálogo acerca da repatriação, se esta for oficialmente solicitada. Este processo envolveu já mais de duas dezenas de objetos, incluindo remanescentes humanos e objetos de carácter sagrado, que estavam em exposição. Quanto à potencial devolução ou restituição de artefactos, o museu patrocina o envio de equipas de especialistas aos locais de origem dos objetos, para completar o trabalho de investigação da proveniência feito na Suíça e, também, asseverar a legalidade dos pedidos de devolução.

3.3. Canadian Museum of History-CMH, Ottawa

O Museu Canadiano de História [CMH] integra a maior coleção relacionada com a história e cultura indígenas do Canadá, representando cerca de 80% de todo o acervo. O arquivo do Museu contém documentação relacionada com as coleções assim como fotografia histórica, gravações sonoras e os primeiros exemplos de filme etnográfico.

Em 2020, o CMH desenvolveu um enquadramento institucional para as Relações com os Indígenas, um dos mais importantes assuntos da política interna do país. Nele fixam-se onze orientações estratégicas tendo como princípios fundamentais a transparência, a responsabilidade e autoridade compartilhada.

No CMH a repatriação é a transferência da propriedade para a comunidade de origem, sem quaisquer condições. Isto significa que o material é removido do inventário do museu pelo seu Conselho de Administração, com o propósito claro de o repatriar para uma Nação, Sociedade indígena, ou pessoa. Não existem requisitos para que o material seja futuramente preservado numa instalação como um museu. O Museu não pretende ter qualquer palavra sobre o uso futuro daquele material ou objeto ou coleção.

A política inicial de repatriação do CMH apresentava três categorias de objetos elegíveis para serem transferidos e devolvidos: remanescentes ancestrais, materiais enterrados associados, e objetos ligados a curas xamânicas e/ou práticas religiosas tradicionais ou presentes. Esta política já foi revista, de modo a expandir significativamente as categorias elegíveis. Cada pedido de repatriação é revisto, ponderando a relação histórica do requerente com os restos ancestrais ou objetos considerados, as condições sob as quais os materiais foram adquiridos pelo Museu, a tipologia dos objetos e a possibilidade de existirem reclamações concorrentes dos mesmos.

As repatriações realizadas pelo CMH foram iniciadas a partir da década de 70 do séc. XX. Atualmente tem em revisão as suas políticas de Remanescentes Humanos (de 1994) e de Repatriação (de 2001).

O processo de investigação é o elemento-chave, devendo envolver os diferentes departamentos do Museu e as comunidades indígenas. Cada processo de investigação da Repatriação é liderado pela equipa “Repatriation & Indigenous Relations”, com mais de 10 membros. São essenciais o rigor e o detalhe, em particular no caso dos pedidos concorrentes dos mesmos materiais por diferentes grupos. O processo de investigação tem como exigência o escrutínio dos registos de dados originais e a sua contextualização.

4. Iniciativas sobre descolonização nas universidades

4.1 Alguns exemplos

São já muitas e variadas as iniciativas de universidades, em todos os quadrantes geográficos, sobre o que aqui designamos como patrimónios sensíveis, tornando inviável num relatório desta natureza qualquer tentativa exaustiva e sistematizada de listagem.

Por entre ações tão distintas quanto a criação de unidades curriculares⁵, projetos de investigação colaborativos⁶ ou produção e disponibilização de documentos orientadores⁷, importa sublinhar uma das que mais se tem desenvolvido nos últimos cinco anos: a disponibilização de coleções de origem colonial em ambiente digital. Trata-se de bases de dados cientificamente fundamentadas, assentes em sólida investigação colaborativa, quer com profissionais e cientistas dos países de origem das peças, quer pelo trabalho conjunto de instituições museológicas e universitárias, cujo principal objetivo é o de promover o conhecimento e a transparência da história e proveniência dos objetos, dignificando-os e tornando-os (mesmo que apenas digitalmente) de novo presentes ou acessíveis às comunidades de origem.

Dos vários exemplos possíveis, destacamos:

- O projeto *PAESE, Provenance Research in Non-European Collections in Lower Saxony* (<https://www.postcolonial-provenance-research.com/en/database/>), financiado pela VolkswagenStiftung, constitui na essência uma base de dados conjunta que reúne coleções de três museus estatais da Baixa Saxónia e da Universidade Georg-August de Göttingen (em concreto da Coleção Etnográfica, uma das mais importantes coleções de ensino e investigação do mundo germanófono com cerca de 19.000 objectos de todos os continentes, recolhidos desde o século XVIII). Desde dezembro de 2017, as primeiras coleções estão acessíveis no portal de coleções em linha da Georg-August-Universität Göttingen, prevendo-se o seu sucessivo alargamento.
- O Digital Benin (<https://digitalbenin.org>): a partir de 2020, o Museum am Rothenbaum [MARKK], em Hamburgo, deu início a uma plataforma onde se reúnem digitalmente as obras de arte do antigo Reino do Benim, adquiridas de forma violenta no século XIX e

⁵ *Cultural Heritage in Museum Collections: Repatriation, Restitution, and Ethical Stewardship* oferecida pela Universidade de Harvard no 2º semestre de 2025.

⁶ *Restitution of Dignity* na Universidade de Freiburg, com financiamento da Fundação Volkswagen; ou *Pressing Matter: Ownership, Value and the Question of Colonial Heritage in Museums*, programa de 4 anos sobre a herança colonial e os seus legados, financiado pela Agenda Nacional de Ciência Holandesa [NWA] e coordenado a partir da Vrije Universiteit Amsterdam.

⁷ *Procedures for claims for the return of cultural objects from Oxford University Museums and Libraries e Human remains policy held by the University of Oxford's Museums.*

atualmente dispersas por todo o mundo. Financiado pela Ernst von Siemens Kunststiftung e integrando peritos alemães, nigerianos, europeus e americanos, o resultado é hoje um catálogo acessível a todos, de qualidade e interesse exemplar, cientificamente fundamentado sobre a história, significado cultural e proveniência dos objetos pertencentes a 137 instituições de vinte países. Para o propósito deste relatório interessa destacar as 20 Universidades que o integram, 7 europeias, 13 norte-americanas.

- Na Universidade de Amsterdão, por outro lado, a linha prioritária de investigação *Decolonial Futures* e o projeto internacional *DeCoSEAS-Decolonizing Southeast Asian Sound Archives*, permitiram, em Outubro de 2024, transferir para a Indonésia centenas de gravações digitalizadas, gravações musicais, filmagens e fotografias, realizadas entre 1919 e 1934, nas ilhas Flores, Sumba, Alor, Timor e Kisar, nas antigas Índias Orientais Holandesas, proporcionando, finalmente, o acesso às coleções de sons coloniais do Sudeste Asiático que se encontram na Europa.

Se um número cada vez mais significativo de instituições universitárias contempla algum tipo de programa sobre a problemática da descolonização — são cada vez mais os fóruns, *workshops* ou *hubs* dedicados a estas questões, iniciativas frequentemente *bottom-up* de docentes e estudantes, ainda que não incidindo necessariamente sobre o património⁸ — vale a pena destacar o exemplo da Universidade de Cambridge no qual a amplitude, profundidade e coesão das propostas já concretizadas ou em curso ganha um peso invulgar.

Em dezembro de 2024, após 15 meses de investigação, a Universidade tornou publico o relatório *African Collections Futures*. Nas suas 160 páginas reúne informação sobre cerca de 350.000 entre artefactos, manuscritos, itens antropológicos, espécimes de plantas, animais e minerais, e centenas de milhares de páginas de documentos de arquivo, fotografias, mapas e uma série de outros materiais. Maioritariamente coleções coloniais incorporadas entre 1800 e 1960 — as instituições académicas não foram apenas beneficiárias do projeto colonial de apropriação ilegal do património africano, mas foram parte ativa do mesmo, com destaque para as expedições científicas — e provenientes dos atuais Egipto, Quênia, Nigéria Uganda, Gana e África do Sul, integram o espólio de oito museus, do Jardim Botânico, da Biblioteca e de alguns departamentos da Universidade de Cambridge. Este projeto, incluído na iniciativa de investigação estratégica da Universidade *Collections-Connections-Communities* [CCC], constitui verdadeiramente uma introdução às coleções africanas em Cambridge estimulando a investigação, a colaboração e o envolvimento da comunidade. Identificando e apresentando as diferentes coleções, sistematizando-as por categorias, discutindo e problematizando os diferentes conceitos de repatriação, devolução e restituição, analisando o passado, presente e futuro destes processos, para finalizar com um conjunto de recomendações e uma bibliografia extensa, o documento revela-se incontornável para qualquer instituição congénere, universitária e museológica, que tenha em curso projetos idênticos.

Nesta fase, todavia, não estão incluídas as coleções dos 31 Colégios universitários e é em alguns deles que, no âmbito da restituição, Cambridge continua a desempenhar um papel modelar.

Em Outubro de 2021, o Jesus College restituiu um galo de bronze — um *Okporhu* — à Comissão Nacional dos Museus e Monumentos da Nigéria. A iniciativa, a primeira restituição de um bronze do Benim a nível mundial, foi o culminar de um estudo iniciado em 2019, numa parceria entre o

⁸ De que são exemplo o *Forum Decolonising Academia*, na Universidade de Colónia, do *Decolonisation Challenge* da Charles University de Praga; *The Decolonising Collective Leiden*; *The Decolonize Hub* da Universidade de Gröningen, ou o grupo de trabalho *Durham University Decolonising History*.

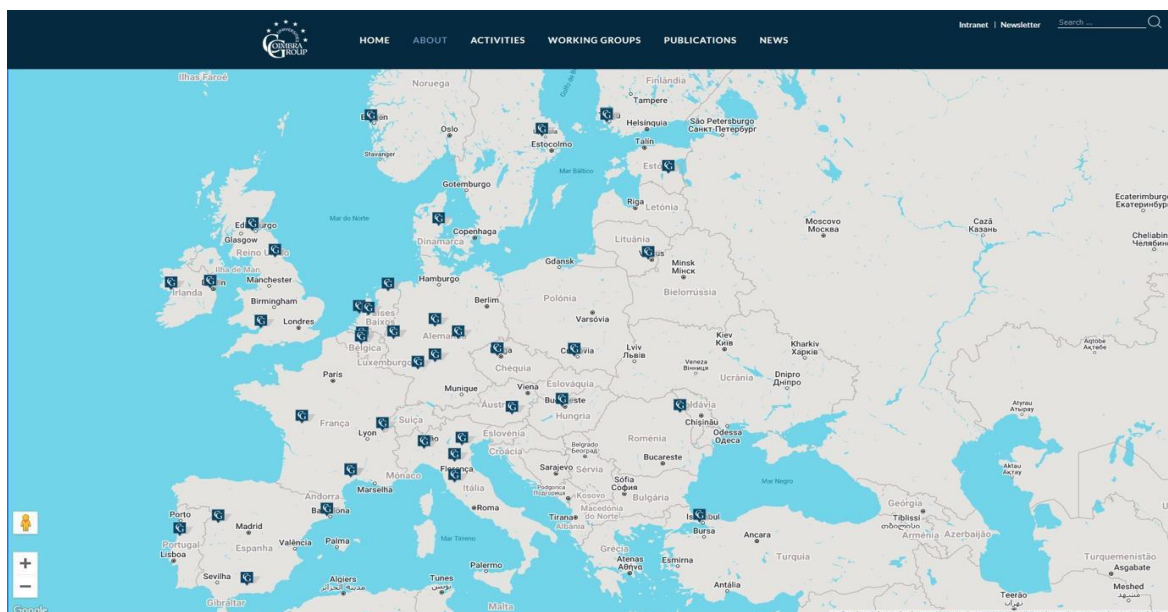
Jesus College e a comunidade aborígene Perouse, que provou que a peça em causa — em exposição durante décadas no refeitório do Colégio até ser permanentemente retirada em 2016 — havia sido roubada diretamente da corte do Benim durante a expedição punitiva inglesa de 1897, tendo sido oferecida ao Colégio em 1905 pelo pai de um estudante.

Também no Trinity College está a correr, desde 2023, o processo de repatriação de quatro lanças aborígenes australianas, apropriadas por James Cook em 1770, mais tarde integradas no acervo do Museu de Arqueologia e Antropologia.

Em data anterior, ocorreu a devolução de remanescentes humanos pela Universidade de Cambridge, com a entrega, em fevereiro de 2020, de 21 *iwi Kupuna* (antepassados havaianos), incorporados em meados do século XIX nas coleções do Laboratório de Duckworth do Departamento de Arqueologia da Universidade.

Alargando de novo o espectro de análise, sublinhe-se como é neste mesmo âmbito específico da restituição de remanescentes humanos que mais ações de restituição têm tido lugar: entre 2010 e 2013, a Universidade de Charité (Berlim) assinou um acordo de restituição com a Austrália que implicou o desenvolvimento de um projeto de investigação sobre todo o contexto histórico dos remanescentes humanos em causa; um ano depois, a Universidade de Freiburg fazia a devolução dos primeiros “antepassados” à Namíbia, processo que repetiria já em 2023, agora devolvendo ao Havai dezanove *iwi kupuna*.

4.2 No Coimbra Group



Ainda no âmbito de iniciativas desenvolvidas em instituições de ensino superior, já não de forma individual, mas através de esforços concertados de várias universidades, importa referir o exemplo do *Coimbra Group* que, desde 2022, através do grupo Heritage, incluiu nas reuniões anuais a reflexão e apresentação de boas práticas sobre a descolonização do Património Cultural e das universidades e organizou duas conferências sobre o tema. Centrou-se na forma como o Património Cultural pode ser descolonizado na ciência, na sociedade, na política e nas instituições; nos atores e redes envolvidos; nas consequências de uma visão eurocêntrica e estereotipada do Património Cultural ou, finalmente, nas formas como a “descolonização do Património Cultural” pode contribuir para a cooperação para o desenvolvimento com o continente africano.

Em todas, a Universidade de Coimbra esteve representada. Na primeira conferência, realizada na Universidade de Würzburg (Alemanha) em junho de 2022, sob o título *Colonized Objects and Bodies in Europe: New challenges and new perspectives on the Decolonization of Cultural Heritage*, participaram Nuno Coelho, do DEI, com Alexandra Balona e Melissa Rodrigues, com uma reflexão crítica sobre a 1ª *Exposição Colonial no Porto em 1934*, com as típicas atrações dos espécimes naturais e o inevitável zoo humano. Na segunda conferência, levada a cabo na Universidade de Genève (Suíça) em março de 2023, sob o tema *Dealing with complex heritage: revisiting university pasts in contemporary practice*, participou Pedro Casaleiro (signatário do presente documento) em coautoria com Mariana Brum e Mariana Marques, apresentaram uma comunicação intitulada *Reflections on the Complex Collections at the University of Coimbra: Case Studies in Science and Colonialism*, examinando criticamente os legados e significados coloniais de três objetos do acervo da UC, um astrolábio, um bufete de biblioteca em madeira tropical e uma máscara ritual africana, reconhecendo o poder dos objetos para moldar e perpetuar práticas sociais. Finalmente, em Junho de 2024, em Turku (Finlândia) a reunião anual teve por foco sobre a questão da *Descolonização da Universidade (Decolonising the University)* em resposta à necessidade crescente de uma nova abordagem à construção do conhecimento e também à história das suas próprias instituições. No decorrer da partilha de experiências de investigação e ensino com realidades não europeias, um dos quatro exemplos de “descolonização na prática” em universidades europeias coube mais uma vez à Universidade de Coimbra, tendo António Gouveia (signatário do presente documento) apresentado o caso *Descolonizar coleções científicas*, dando a conhecer as coleções de história natural da UC provenientes das antigas colónias de África, contextualizando o estado da questão em Portugal, e apontando boas práticas a desenvolver, caso da digitalização e do acesso aberto às coleções ou a necessidade de alargar e diversificar as narrativas universitárias, envolvendo outras vozes.

Numa perspetiva estatística note-se que 26 das 40 universidades que integram o Coimbra Group não têm um programa explícito sobre descolonização. Destacam-se, entre as que têm iniciativas mais desenvolvidas, as universidades da Alemanha, Países Baixos e Reino Unido. A listagem seguinte remete para páginas web institucionais nas quais se descrevem iniciativas e projetos, por vezes acompanhados de declarações programáticas.

Universidade Católica de Louvain

Blind Spots: Decolonisation and KU Leuven

<https://www.kuleuven.be/diversiteit/blindspots/decolonisation>

Charles University, Praga

Decolonisation challenge

<https://decolonisationchallenge.ff.cuni.cz/>

Decolonising the University

Workshop at the Coimbra Group Annual Conference – Wednesday, 5 June 2024, Turku (Finland) Joint event organised by Working Groups Heritage, Latin America and Global Partnerships

<https://www.coimbra-group.eu/decolonizing-the-university/>

Universidade de Colónia

Forum Decolonizing Academia

<https://decolonizing-academia.uni-koeln.de/en/>

Coleção Etnográfica da Universidade de Göttingen

<https://www.uni-goettingen.de/en/28899.html>

Universidade de Jena

Jena Declaration on Racism

<https://www.uni-jena.de/en/22120/jena-declaration>

Colonized Objects and Bodies in Europe: New challenges and new perspectives on the Decolonization of Cultural Heritage (conference, University of Würzburg, 24 and 25 June 2022) <https://www.coimbra-group.eu/colonized-objects-and-bodies-in-europe-new-challenges-and-new-perspectives-on-the-decolonialization-of-cultural-heritage/>

Decolonising Collective of Leiden University

<https://www.universiteitleiden.nl/en/decolonising-collective>

The Decolonize Hub, University of Groningen

<https://www.rug.nl/let/decolonize-hub/>

Slavery past and colonialism, Utrecht University

<https://www.uu.nl/en/organisation/about-us/tradition-and-history/slavery-past>

Decolonial Futures, University of Amsterdam

<https://decolonialfutures.uva.nl/>

Trinity College Colonial Legacies; Dublin

<https://histories-humanities.tcd.ie/research/colonial-legacies/>

Decolonize History, Durham University

<https://www.durham.ac.uk/departments/academic/history/about-us/diversity/decolonising-history/>

Legacies of Slavery Report, University of Bristol

<https://www.bristol.ac.uk/university/anti-racism-at-bristol/university-slavery/legacies/>

Reparative Futures Programme, University of Bristol

<https://www.bristol.ac.uk/university/anti-racism-at-bristol/reparative-futures-programme/>

Decolonized Transformations, University of Edinburgh

<https://blogs.ed.ac.uk/decolonise/>

Rhizome Cities in Montpellier: Decolonial Cities Network

<https://studiorizoma.org/pt-pt/event/rhizome-cities-in-montpellier-decolonial-cities-network/>

Country	Institution	Programme	Link
Austria	University of Graz	NA	
Belgium	Katholieke Universiteit Leuven	Blindspots project	https://www.kuleuven.be/diversiteit/blindspots/decolonisation
Belgium	Université catholique de Louvain	NA	

Czechia	Charles University, Prague	Decolonisation Challenge Course	https://decolonisationchallenge.ff.cuni.cz/
Denmark	Aarhus University	NA	
Estonia	University of Tartu	NA	https://news.err.ee/1608842860/university-of-tartu-egyptian-mummies-to-stay-where-they-are
Finland	Åbo Akademi University, Turku	NA	
Finland	University of Turku	Coimbra Workshop Group	https://www.utu.fi/sites/default/files/media/Decolonizing%20the%20university%20CG%20GA%2005Jun2024%20v2.pdf
France	Paul Valéry University Montpellier 3	NA	
France	University of Montpellier	NA	
France	University of Poitiers	NA	
Germany	Heidelberg University	NA	
Germany	University of Cologne	Forum Decolonizing Academia	https://decolonizing-academia.uni-koeln.de/en/
Germany	University of Göttingen	PAESE - Provenance Research in Non-European Collections and Ethnography in Lower Saxony	https://www.postcolonial-provenance-research.com/en/paese/collections/ethnographic-collection-of-the-georg-august-university-goettingen/
Germany	University of Jena	Jena Declaration on Racism	https://www.uni-jena.de/en/22120/jena-declaration
			https://www.coimbra-group.eu/colonized-objects-and-bodies-in-europe-new-challenges-

Germany	University of Würzburg	Coimbra Workshop Group	<u>and-new-perspectives-on-the-decolonialization-of-cultural-heritage/</u>
Hungary	Eötvös Loránd University, Budapest	NA	
Ireland	Trinity College Dublin	Trinity Colonial Legacies - project	<u>https://histories-humanities.tcd.ie/research/colonial-legacies/</u>
Ireland	University of Galway	NA	
Italy	University of Bologna	NA	
Italy	University of Padua	NA	
Italy	University of Pavia	NA	
Italy	University of Siena	NA	
Lithuania	Vilnius University	NA	
Netherlands	Leiden University	Decolonising Collective Leiden	<u>https://www.universiteitleiden.nl/en/decolonising-collective</u>
Netherlands	University of Groningen	Decolonize Hub	<u>https://www.rug.nl/let/decolonize-hub/?lang=en</u>
Netherlands	Utrecht University	Slavery Past (in About Us)	<u>https://www.uu.nl/en/organisation/about-us/tradition-and-history/slavery-past</u>
Norway	University of Bergen	NA	
Poland	Jagiellonian University, Kraków	NA	
Portugal	University of Coimbra	NA	
Romania	Alexandru Ioan Cuza University, Iași	NA	

Spain	University of Barcelona	NA	
Spain	University of Granada	NA	
Spain	University of Salamanca	NA	
Sweden	Uppsala University	NA	
Switzerland	University of Geneva	NA	
Turkey	Istanbul University	NA	
United Kingdom	Durham University	Decolonise Durham Campaign (SU)	https://www.durhamsu.com/decolonisation-hub
United Kingdom	University of Bristol	Report Legacies of Slavery/Reparative Futures Programme	https://www.bristol.ac.uk/university/anti-racism-at-bristol/university-slavery/legacies/
United Kingdom	University of Edinburgh	Decolonised Transformations Project	https://blogs.ed.ac.uk/decolonise/

5. Iniciativas sobre descolonização em Portugal fora da UC

As iniciativas incluem projetos de investigação científica, exposições, conferências, conversas e debates, e ciclos de cinema ou de artes de diferentes instituições como universidades, entidades públicas nacionais, municípios e entidades privadas. Mesmo focando-se em projetos e ações de médio ou longo curso como exposições, a listagem não é exaustiva, mas procurou destacar iniciativas além UC do norte ao sul do país. Excluíram-se os múltiplos debates e conversas sobre a temática. Porém, pelo impacto que possa gerar ao nível das políticas e práticas públicas, a que talvez possa ser a mais relevante é a desencadeada pelo Ministério da Cultura.

5.1 Projetos de maior envergadura

TRANSMAT, Materialidades Transnacionais (1850-1930): Reconstituir Coleções e Conectar Histórias, que tem como investigadora responsável Elisabete Pereira da Universidade de Évora, e tem financiamento da FCT. O projeto visa fazer uma compilação e sistematização de dados académicos sobre a circulação de bens culturais e das suas implicações culturais, sociais e políticas. Centra-se nas “coleções estrangeiras que em contextos museológicos portugueses procuraram representar outros contextos: sejam coleções arqueológicas de contextos geográficos europeus ou africanos (ex. Itália ou Egipto) ou coleções etnográficas e coloniais, então representativas dos designados à época ‘primitivos contemporâneos’.”

DE-HED, Decolonising Higher Education and envisioning the Education dimension: towards a comprehensive view, que tem como investigadora responsável Dalila Pinto Coelho da Universidade do Porto, e tem financiamento da FCT. “Este estudo irá aprofundar estes debates através de um estudo de caso com atores académicos portugueses, com o objetivo específico de: i) oferecer um

relato problematizado sobre as visões, tensões e possibilidades da Decol/HE no ensino superior público em Portugal, com base numa exploração de factores multinível; e ii) contribuir para compreender como a educação é produzida e vista no âmbito dos discursos da Decol/HE, para oferecer evidências úteis para o avanço das perspectivas transformadoras decoloniais/relacionadas no ensino superior.”

KNOW.AFRICA, KNOWledge networks in 19th-century AFRICA: A digital Humanities approach to colonial encounters and local knowledge in the narratives of Portuguese expeditions (1853-1888), que tem como investigadora responsável Sara Albuquerque da Universidade de Évora e financiamento da FCT. “Uma abordagem das humanidades digitais dos encontros coloniais e do conhecimento local nas narrativas de expedições portuguesas (1853-1888). (...) análise de quatro expedições portuguesas a África enfocando a sociabilidade do trabalho de campo para revelar como grupos nativos auxiliaram os viajantes, especialmente na coleta de espécimes.”

5.2 Reuniões científicas

Conferência *Museus com coleções não europeias – Encontro de Outono 2021* do ICOM. Realizada no Museu Municipal Santos Rocha na Figueira da Foz em 4-5 novembro. Entre outras comunicações Gonçalo de Carvalho Amaro e David Felismino apresentaram os resultados do *Inquérito à presença de património proveniente de territórios não-europeus nos museus portugueses*.

Conferência *Colonialismo e Reparações: para onde caminhar?* Realizada no Museu de História Natural e da Ciência em Lisboa no dia 22 de fevereiro de 2025. Foi organizada pela CULTRA no âmbito da iniciativa Abril é Agora, e discutiu possibilidades de reparação histórica em Portugal.⁹

5.3 Exposições

Desconstruir o Colonialismo, Descolonizar o Imaginário. O Colonialismo em África: Mitos e Realidades, no Museu Nacional de Etnologia, de 29 de outubro de 2024 a 2 novembro de 2025. Comissariada por Isabel Castro Henriques no âmbito do Centro de Estudos Sobre África e Desenvolvimento da Universidade de Lisboa. Apresenta as linhas de força do colonialismo português em África nos séc. XIX e XX e tem como objetivos desconstruir os mitos criados pela ideologia colonial, descolonizar os imaginários portugueses e contribuir, de forma pedagógica e acessível, para uma renovação do conhecimento sobre a questão colonial portuguesa. Inclui o *Ciclo de Cinema e Descolonização*, com sessões mensais em formato cineclube.

O Impulso Fotográfico:(Des)arrumar o Arquivo Colonial, no Museu Nacional de História Natural e da Ciência, de 21 dezembro 2022 a 31 dezembro 2025. Propõe uma leitura decolonial das imagens e dos objetos científicos das expedições de geodesia e antropologia realizadas aos territórios colonizados por Portugal, entre o final do século XIX e a libertação desses territórios.

Enciclopédia negra, na Escola das Artes da Universidade Católica do Porto, de 20 junho a 4 outubro 2024. Com curadoria de Flávio Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz, integra um projeto, iniciado em 2016, que pretende ampliar a visibilidade de personalidades negras até hoje pouco conhecidas. Conta com o apoio de Companhia das Letras, Instituto Ibirapitanga, Pinacoteca de São Paulo e Soma, sendo que 36 artistas aderiram ao convite.

Joaquim, O Conde de Ferreira e seu legado, na RAMPA (Pátio do Bolhão, 125, Porto), de 15 dezembro 2023 a 17 fevereiro 2024. Curadoria de Nuno Coelho e apoio do CEIS20, FCT e

⁹ <https://abrilagora.pt/agenda/conferencia-colonialismo-e-reparacoes-para-onde-caminhar>

DGARTES. Joaquim Ferreira dos Santos (Porto, 1782-1866) foi para o Brasil onde enriqueceu com o tráfico de pessoas escravizadas. Regressado a Portugal, investiu em negócios e apoiou o liberalismo, obtendo o título de Conde. Legou fundos para projetos sociais, como o primeiro hospital de saúde mental em Portugal e a primeira rede escolar primária no país. A origem da sua fortuna é desconhecida pela sociedade beneficiária.

Não visitem a sala colonial, no Museu de Lamego, de 14 de dezembro de 2024 a 27 de abril de 2025. Iniciativa pedagógica e artística desenvolvida pelo Museu de Lamego e pela Escola Secundária de Latino Coelho, montada em torno de um arquivo colonial escolar que constituía a Sala Colonial, um modelo escolar de propaganda dedicado ao “Império Português em África” A exposição deseja contribuir para uma prática de memorialização crítica.

Escavações arqueológicas na lixeira do Vale da Gafaria (também conhecido como *Mercado dos Escravos*), no Núcleo Museológico Rota da Escravatura do Museu Municipal de Lagos, inaugurado a 6 de junho de 2016.

5.4 Grupo de Trabalho do Ministério da Cultura

Há meses, o Ministério da Cultura anunciou a criação de um grupo de trabalho sobre o tema, com um generoso orçamento. Sabe-se que foram feitos convites a diversas personalidades para o integrar, mas continua a aguardar-se a sua formalização e entrada em funcionamento. Ao que se sabe, caberá a este grupo definir as políticas do Estado relativas às coleções sob a sua tutela direta, sem descuidar a ideia de que as mesmas poderão influenciar o desencadeamento de ações no país a outros níveis.

6. Na UC

Excluimos da rubrica anterior as ações já ocorridas ou em curso na UC, pois além do projeto de investigação *CONCILIARE, Confidently Changing Colonial Heritage*, que conta como investigador responsável Joaquim Pires Valentim (FPCEUC) e tem financiamento Horizon Europe¹⁰ apenas têm ocorrido pequenas reuniões e debates. Destaquem-se, ainda, pelo seu maior impacto nacional, os ciclos de cinema *Afro-Portugal 2022* e *2024* com cocuradoria de Catarina Martins (FLUC) produção do Teatro Académico Gil Vicente e do Teatro da Cerca de São Bernardo/Escola da Noite. Procurou dar visibilidade às artes negras e debater o racismo e as memórias coloniais através de atividades artísticas e educativas como palestras, performances, filmes, oficinas, concertos, exposições e feiras do livro.

Impõe-se-nos começar a perspetivar o muito que há a fazer. A lista será longa e fazê-la uma das ações propostas, pelo que não faz sentido sequer ensaiá-la aqui. Por outro lado, mesmo um primeiro documento ficaria incompleto se não avançasse com exemplos que, por razões próprias, se tenham constituído incontornáveis.

6.1. Coleção de Crânios de Timor

Poder-se-á considerar comum a muitas instituições de ensino onde a Antropologia Biológica tem, ou teve, desenvolvimento, a existência em espólio de remanescentes ósseos humanos, designadamente crânios. A legitimidade da sua conservação e uso para investigação e ensino

¹⁰ O projeto investiga mudanças no património colonial europeu, as respetivas reações e representações de cidadãos europeus, e irá propor formas de reduzir conflitos entre grupos nesse domínio e de criar uma maior confiança nessas mudanças.

depende, em primeiro lugar, do processo a partir do qual decorreu a sua integração, o que na maior parte dos casos, sobretudo os mais antigos, é difícil ou mesmo impossível estabelecer.

Às pessoas a quem esses elementos pertenceram temos de reconhecer todos os direitos imanescentes, incluindo o de legar, ou não, a sua utilização *post mortem* para aqueles fins. Deduz-se, assim, que quando tal autorização não é conhecida, colocam-se problemas éticos que se avolumam quando se conhecem a identidade dos envolvidos e os contextos e as formas de aquisição. Os remanescentes ósseos humanos não são, por princípio ou definição, património cultural. Contudo, em contextos diversos e por processos históricos, institucionais e científicos diferentes, tornaram-se e, em certos casos, permanecem objetos de patrimonialização cultural, à guarda de alguém ou de uma instituição. São, assim, *património sensível*, que impõem discussão informada.

Sabemos que nem sempre se passou desta forma, e que foi feito um árduo e longo caminho para se chegar aos documentos internacionais que propõem recomendações de boas práticas. Refiram-se a título de exemplo as *Recommendations for the Care of Human Remains in Museums and Collections* (2013), da Associação Alemã de Museus, desenvolvidas com base nas orientações propostas no Reino Unido, explanadas no “Guidance for the Care of Human Remains in Museums (DCMS 2005) e nas *Recommendations on the Treatment of Human Remains in Collections, Museums and Public places*, produzidas pelo Working Group on Human Remains in Collections, na Alemanha.

Estão nessa situação os 29 crânios de cidadãos timorenses que se encontram à guarda do Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC, inventariados como Coleção de Crânios de Timor. Estão, pois, integrados numa coleção, o que dada a sua natureza é, desde logo, reprovável. Situação que se agrava quando se conhecem as circunstâncias extraordinariamente violentas em que, entre 1878 e 1879, ocorreram as mortes, tendo-se procedido ao seu posterior envio e entrada na UC entre 1882 e 1883.¹¹

A resolução dessa situação é algo que a UC há já algum tempo tem consciência de ser um dever. Impõe-se, tão só, saber e decidir como o fazer. Propomos que, através dos canais apropriados e ao mais alto nível, a UC:

- Espolite contactos com vista a esclarecer a situação junto dos responsáveis nacionais e locais timorenses, nomeadamente comunidades descendentes, com vista a avaliar sobre o interesse de discutir uma eventual repatriação ou outra forma de reparação;
- Se coloque à disposição para colaborar em todo o processo da forma que legal, diplomática e eticamente venha a ser considerada correta.

Há mais dez crânios sobre os quais recai a suspeita de terem chegado à UC em circunstâncias semelhantes. Não se sabe, porém, o necessário sobre a sua proveniência para sobre eles atuar de forma idêntica, apenas que cinco são originários de Angola e os outros cinco de S. Tomé e Príncipe. Como instituição que nas suas missões centrais inscreve a investigação, impõe-se, pois,

¹¹ As mortes ocorreram no contexto da guerra punitiva de Laleia. Neste trágico acontecimento, 35 indivíduos, homens e mulheres, foram sujeitos a uma decapitação ritual do inimigo. Estes, muito provavelmente pertenceriam a uma comunidade que vivia nas montanhas onde se terá refugiado o régulo rebelde de Laleia, Manuel dos Remédios [R. Roque (2008). Histórias de crânios e o problema da classificação antropológica de Timor. *e-cadernos*, CES, 1, 13–36]. Os crânios terão sido recolhidos por missionários portugueses e, posteriormente, oferecidos ao Museu de História Natural da Universidade de Coimbra, pelo então governador de Macau e Timor, por intermédio do Prof. Júlio Henriques, entre 1882 e 1883. Destes 35 crânios, seis foram cedidos por empréstimo, em 1902, por Bernardino Machado, na altura diretor do Museu de História Natural, ao antropólogo suíço Rudolph Martin e atualmente desconhecemos o seu paradeiro.

a criação de condições para que esse conhecimento seja desenvolvido. Não se trata, pois, de resolver o problema existente como o caso dos remanescentes humanos provenientes de Timor, mas de com eles iniciar um processo que só se considerará concluído quando todas as situações similares possam, de igual forma, ser resolvidas.

Uma nota final sobre o interesse que esta questão tem vindo a suscitar e, também, como, erradamente, foi surgindo envolta na temática que tem vindo a ser designada como das restituições, descolonização dos saberes e das universidades, patrimónios sensíveis, etc. Uma vez mais: tudo isso anda em torno de saberes e coleções; o que aqui viemos abordar é sobre pessoas, respeito e dignidade humana. Atualmente, não é só a inclusão de remanescentes humanos em coleções que está em discussão, como a própria exposição não é de todo recomendável (e, já agora, o tratamento que os jornalistas dão à matéria)¹².

6.2. Gabinete de Curiosidades

Inaugurado em 18 de Maio de 2022, pelo Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, o *Gabinete de Curiosidades - uma interpretação* [GC] suscitou, de facto, muita curiosidade e, mais do que tudo, reações muito díspares ou mesmo extremas e aparentemente impossíveis de conciliar. Mesmo fora do contexto deste documento, estando já decorridos quase três anos, será obrigação da universidade avaliar e debater os resultados da iniciativa. Por maioria de razão, não podemos deixar de o propor: porque não por ocasião do seu 3º aniversário no Dia Internacional dos Museus?

6.3. Toponímia

Com a sua longa e rica história institucional e científica, a UC não pode deixar de ser interrogada à luz das múltiplas conexões que estabeleceu com diversas configurações imperiais e coloniais associadas a Portugal. Na excelência da sua produção de conhecimento e na formação de gerações de estudantes (incluindo diversas elites) bem como na proximidade com outros centros de poder e autoridade na sociedade portuguesa e além dela, a UC participou, de várias maneiras e em diversos sentidos, na produção de saberes sobre os mundos coloniais. Contribuíram tanto para a sua construção e imaginação como para a sua dominação e exploração, mas também para o seu questionamento crítico, recorrendo aos múltiplos saberes da Universidade, aos seus numerosos especialistas, da análise histórica e antropológica à codificação jurídica, sem esquecer outros saberes como as chamadas Ciências da Vida.

A própria Universidade conta com espaços concretos que, de uma forma ou de outra, exigem uma contextualização histórica que permita revelar as suas conexões — diretas e indiretas — com os projetos imperiais e coloniais ao longo do tempo. Há, também, espaços que refletem formulações que merecem ser analisadas de forma crítica e informada, sempre com o objetivo de as contextualizar de forma crítica. O levantamento, sistemático e rigoroso, dessas histórias e proximidades colaborativas entre a Universidade e os projetos imperiais e coloniais portugueses, bem como a análise dos espaços, arte integrada e das referências toponímicas que os sinalizam ou podem sinalizar, contribuirá de forma relevante para o processo sobre os *patrimónios sensíveis* da UC.

¹² Veja-se a muito recente atitude oficial das autoridades espanholas em <https://elpais.com/cultura/2025-02-24/el-ministerio-de-cultura-retira-la-momia-guanche-del-museo-arqueologico-nacional-para-no-exhibir-restos-humanos.html> e <https://www.publico.pt/2025/02/24/culturaipilon/noticia/museus-espanhois-so-podem-exibir-restos-humanos-imprescindiveis-2123736>

7. Conselho Consultivo

Como vimos no apanhado supra, são múltiplas as iniciativas em curso em diversos países, estando a ser adotados princípios e medidas também muito variados. Por outro lado, não temos a ilusão de que nem tudo o que vai surgindo anunciado tem por trás um empenho efetivo das instituições, o que torna complexo navegar entre um verdadeiro estado da arte e a cosmética disponível nos media, nos *websites* e nas redes sociais. Mas também sabemos que o sucesso do caminho que aqui vimos esboçar depende disso mesmo, ou seja, de acompanhar o que se está a fazer com sucesso e os princípios que o informam. Para tal parece-nos de central relevância poder contar com o conselho de especialistas que assumam esse compromisso. Ou seja, propomos a criação de um Conselho Consultivo composto por um mínimo de três especialistas com perfis e proveniências variados, cuja escolha obedeceu a regras adicionais como equilíbrio de género e proveniência geográfica.

Após uma pesquisa cuidada, resolvemos propor para o efeito os seguintes colegas:

- Anthony Shelton, University of British Columbia
<https://anth.ubc.ca/profile/anthony-shelton/>
- Carine Ayélé Durand, Musée d'Ethnographie de Genève
<https://www.meg.ch/en/press-room/director-meg>
- Dacia Viejo Rose, Cambridge University
<https://www.arch.cam.ac.uk/directory/dv230>
- Duane Jethro, University of Cape Town
<https://humanities.uct.ac.za/departments-asl/contacts/duane-jethro>

8. Glossário de termos-conceitos utilizados no texto

COMUNIDADES DESCENDENTES

São definidas como pessoas que compartilham laços socio-históricos e experiências com os indivíduos falecidos.¹³

DESCOLONIZAÇÃO

Em contextos universitários e museológicos, entendemos tratar-se de um processo reflexivo e transformador que procura sinalizar e desmontar lógicas de designação (de espaços, de edifícios) e de disseminação de informação, currículos e práticas de ensino, como também de estudo, de classificação e de exibição de artefactos e de coleções, assentes em estruturas de pensamento, de poder e de conhecimento que continuam a reproduzir narrativas sobre passados históricos violentos (escravatura, expansão marítima europeia, colonialismo, etc.) e sobre grupos historicamente marginalizados de forma não contextualizada, excludente, racista, segregadora, reificada e desinformada.

PATRIMÓNIOS SENSÍVEIS

Artefactos, coleções históricas, locais históricos, culturas expressivas (música, dança, performances), narrativas, etc. que remetam a processos de extrema violência e a memórias e/ou pós-memórias traumáticas referentes, por exemplo, à escravatura, aos regimes coloniais, a genocídios, a guerras. Estes patrimónios estão intimamente relacionados com a designação de

¹³ Mack, M. E., & Blakey, M. L. (2004). The New York African Burial Ground project: Past biases, current dilemmas, and future research opportunities. *Historical Archaeology*, 38, 10–17.

património difícil, na medida em que implicam processos de atribuição de valor espiritual, emocional ou comunitário pelos grupos a que dizem respeito, e também ao conceito de *património contestado*, uma vez que os processos da sua criação e recriação têm na sua base questões de poder e de identidade que passam por aspirações, expectativas e reivindicações oriundas dos diferentes atores envolvidos.

POVOS DE ORIGEM

Comunidades étnicas e indígenas que são descendentes diretos dos povos de onde os remanescentes humanos tiveram origem. Esses povos de origem podem ter transferido, total ou parcialmente, a representação de seus interesses para órgãos políticos estatais, nos quais estão hoje incorporados. No entanto, os povos de origem não devem ser considerados idênticos às agências estatais de nível superior que os representam.¹⁴

REMANESCENTES HUMANOS

O termo refere-se a todos os remanescentes físicos pertencentes à espécie *Homo sapiens*, incluindo todas as formas não manipuladas, manipuladas ou preservadas de corpos humanos e suas partes. Abrange, em particular, ossos, múmias, tecidos moles, órgãos, secções de tecidos, embriões, fetos, peles, cabelos, unhas das mãos e dos pés (mesmo quando estes últimos são provenientes de pessoas vivas), além de restos cremados e, ainda, todos os objetos (rituais) nos quais os remanescentes humanos, como anteriormente definidos, foram intencionalmente incorporados.¹⁵

REPARAÇÃO HISTÓRICA

Processo que visa reconhecer injustiças históricas, o assumir de responsabilidades político-institucionais de acontecimentos históricos violentos, e a conceção de medidas que visem reparar os danos causados a grupos sociais historicamente subalternizados. A reparação pode assumir várias formas, desde a restituição física ou virtual de artefactos culturais e de remanescentes humanos até medidas de compensação simbólica (como pedido formal de desculpa; o direito à memória; reconfiguração da toponímia de instituições, de edifícios, de espaços) ou monetária. Este processo contempla igualmente iniciativas colaborativas e inclusivas ao nível de estudos de proveniência de coleções museológicas, da curadoria partilhada de artefactos culturais em contextos expositivos, ou ainda de ações de cura e reconciliação. Os objetivos principais destas iniciativas são o desenvolvimento de ações capazes de estabelecer uma base dialógica com as vítimas, ou seus descendentes ou representantes legais, e a promoção da participação dessas comunidades nos processos de decisão que envolvem a gestão, o estudo e a exibição dos bens culturais depositados nos museus.

REPATRIAÇÃO/ RESTITUIÇÃO

No Enquadramento Internacional para a Restituição de Bens Culturais, a expressão *restituição de bens culturais* é considerada o mesmo que *retorno ou repatriação*, usada para fazer referência ao “regresso material do bem cultural, removido de forma ilícita, ao requerente” (Assembleia da República, 2020:7). Porém, há que ter em conta que a questão não está somente na apropriação feita de forma legal ou ilegal destes bens, mas sim na natureza violenta e extrativista dos contextos e dos sistemas de relação social, política, cultural e económica em que foram produzidos e adquiridos. Assim, o processo de devolução de artefactos culturais, objetos e de remanescentes humanos às suas comunidades de origem deverá ser debatido entre as partes

¹⁴ Definição retirada de Deterts e Wesche, 2013: 11. Deterts, D.; Wesche, A. (eds.). (2013). Recommendations for the Care of Human Remains in Museums and Collections. Deutscher Museumbund e.V. [German Museums Association].

¹⁵ Definição retirada de Deterts e Wesche, 2013: 9. Deterts, D.; Wesche, A. (eds.). (2013). Recommendations for the Care of Human Remains in Museums and Collections. Deutscher Museumbund e.V. [German Museums Association].

interessadas sempre que a aquisição dos bens culturais tenha ocorrido em contextos de violência, simbólica e material, e caracterizados por relações de poder profundamente desiguais. Além disso a devolução pode não ser apenas física e contemplar a digitalização de artefactos e sua disponibilização pública em linha, adquirindo a forma de uma repatriação digital/virtual.